

Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.

CNPJ nº 21.986.074/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores Acionistas: De acordo com a legislação vigente, incluindo os Pronunciamentos Contábeis Brasileiros (CPCs) aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CFC) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), enviamos as Demonstrações Financeiras da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A., relativas ao ano de 2018, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. é uma empresa de seguros coletivos para pessoas, adquirida pela Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., em 01 de abril de 2017. Anteriormente, o negócio pertencia ao Itaú Unibanco Holding S.A. e a sua denominação social era IU Seguros S.A. Com esta transação, a Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. passou a ser controlada de forma integral e direta pela Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., sendo o controle homologado pela Susep em 20 de julho de 2017. Em 2018 a Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. registrou R\$ 323,3 milhões em emissões de prêmios e apresentou, no mesmo período, um prejuízo de R\$ 14,7 milhões. O resultado já era esperado, uma vez que inclui despesas operacionais necessárias para esse período de transição. A base de contratos de seguros de vida em grupo da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. era composta por mais de 2 milhões de vidas seguradas na carteira, em 31 de dezembro de 2018. As provisões técnicas atingiram cerca de R\$353,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. **MISSÃO:** A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. comercializa produtos corporativos de seguros de vida em grupo, acidentes pessoais e viagens por meio de corretores de seguros especializados nestas proteções. No mundo, a Prudential atua no seguro de vida em grupo há mais de 100 anos, tendo como missão ajudar os nossos clientes a alcançar uma tranquilidade e bem-estar financeiro. Para obter mais informações sobre a Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A., acesse o site www.prudentialdobrasil.com.br. **COMPROMISSO COM A ÉTICA E CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS:** Nenhum objetivo de negócios será mais importante do que a fidelidade aos valores e princípios que são a base da nossa companhia. A ética norteia as relações da Prudential tanto interna quanto externamente. Para isso, a seguradora disponibiliza para os funcionários diversos canais e ferramentas de comunicação, a fim de proporcionar um ambiente íntegro e encorajando todos a agir de forma ética, honesta e imparcial. **Política de Reinvestimentos de Lucros e Distribuição de Dividendos:** Os acionistas da Prudential do Brasil Vida em

Grupo S.A. em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O saldo do lucro líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% à Reserva de Lucros – Expansão, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade. **PRESENÇA NO PAÍS:** Sediada em São Paulo, a Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. atende em todo o Brasil e conta com mais seis filiais nas seguintes cidades: Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador. **PRUDENTIAL FINANCIAL, INC.: UMA DAS MAIORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO MUNDO:** A Prudential Financial, Inc. (NYSE: PRU), líder em serviços financeiros nos EUA com mais de US\$ 1,3 trilhão de ativos sob sua gestão em 30 de setembro de 2018, possui operações nos Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina. A Prudential Financial, por meio do talento e da diversidade de seus funcionários, está comprometida em ajudar clientes individuais e institucionais a crescer e proteger seu patrimônio através de uma variedade de produtos e serviços incluindo seguro de vida, annuities, serviços relacionados à aposentadoria, fundos mútuos e investment management. Nos Estados Unidos, o Rochedo, símbolo ícone da Prudential, tem significado força, estabilidade, experiência e inovação há mais de 140 anos. Para obter mais informações, visite www.prudential.com. **AGRADECIMENTOS:** A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. agradece aos seus clientes e segurados, razão de sua missão e cuidado, por acreditarem na essencialidade do seguro de vida em grupo e por confiarem nos seus produtos de proteção diferenciada. A Superintendência de Seguros Privados, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Censeg) e à Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), por todo o apoio recebido. Adicionalmente, agradece aos funcionários da seguradora a aos prestadores de serviços, como reconhecimento pela dedicação e esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da companhia. E, em particular, aos corretores de seguros de vida em grupo, a união de sucesso, a dedicação e a atenção demonstradas aos clientes. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019. **Conselho de Administração e Diretoria.** (1) Prêmios de Seguros (BRGAAP) = Prêmio Emitido - Cancelamento - Restituição - Desconto - Cosseguro Cedido + Cosseguro Aceito.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2018		2017		Passivo e Patrimônio líquido	Notas	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
Circulante		581.173	552.996			Circulante		411.322	364.147		
Disponível						Contas a pagar		34.427	16.774		
Caixa e bancos	5	9.470	3.176	Obrigações a pagar	14	17.702	8.061				
Aplicações financeiras	6	456.687	445.393	Impostos e encargos sociais a recolher		910	885				
Quotas de fundos de investimento exclusivo		456.687	445.393	Encargos trabalhistas		1.317	1.132				
Créditos das operações com seguros e resseguros		71.532	68.011	Impostos e contribuições	15	1.365	812				
Prêmios a receber	7	64.085	53.082	Outras contas a pagar	16	13.133	5.884				
Operações com seguradoras		2.201	5.315	Débitos das operações com seguros e resseguros		20.229	29.830				
Operações com resseguradoras		5.246	9.614	Prêmios a restituir		3	354				
Ativos de resseguros - provisões técnicas	8	15.523	17.255	Operações com seguradoras		3.536	1.345				
Títulos e créditos a receber		27.400	18.787	Operações com resseguradoras		4.391	21.496				
Créditos tributários e previdenciários	10(a)	24.074	18.507	Corretores de seguros e resseguros		12.150	6.563				
Outros créditos - Contas Gráficas	11(a)	3.326	280	Outros débitos operacionais		149	72				
Despesas antecipadas		376	85	Depósito de terceiros	17	3.275	2.389				
Custos de aquisição diferidos				Provisões técnicas - seguros	20	353.391	315.154				
Seguros e resseguros	9	185	289	Pessoas		353.391	315.154				
Não circulante		22.604	17.895	Não circulante		2.837	2.416				
Realizável a longo prazo		21.799	17.545	Contas a pagar		635	714				
Aplicações financeiras			116	Provisão para tributos diferidos		635	714				
Outras aplicações			116	Outros débitos		2.202	1.702				
Títulos e créditos a receber		21.799	17.429	Provisões judiciais	18	2.202	1.702				
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	14.526	11.738	Patrimônio líquido	22(a)	189.618	204.328				
Depósitos judiciais e fiscais	12	7.273	5.691	Capital social		203.332	153.332				
Imobilizado	13	805	–	Aumento de capital em aprovação		–	50.000				
Bens móveis		805	–	Reservas de lucros		–	996				
Intangível		–	350	Prejuízos acumulados	22(b)	(13.714)	–				
Total do ativo		603.777	570.891	Total do passivo e patrimônio líquido		603.777	570.891				

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)	Notas	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017
Prêmios emitidos líquidos		323.289	340.127		
Variações das provisões técnicas de prêmios		(9.328)	28.712		
Prêmios ganhos	23	313.961	368.839		
Sinistros ocorridos	24(a)	(244.271)	(296.619)		
Custos de aquisição	24(b)	(44.790)	(48.599)		
Outras receitas e despesas operacionais	24(c)	(14.609)	(8.013)		
Resultado com resseguro	24(d)	3.123	6.180		
Receita com resseguro		11.241	21.470		
Despesa com resseguro		(8.118)	(15.290)		
Despesas administrativas	24(e)	(59.127)	(60.192)		
Despesas com tributos	24(f)	(9.684)	(9.476)		
Resultado financeiro	24(g)	41.638	37.228		
Resultado operacional		(13.759)	(10.652)		
Ganhos com ativos não correntes		10	–		
Resultado antes dos impostos e participações		(13.749)	(10.652)		
Imposto de renda	19	1.206	5.112		
Contribuição social	19	(855)	4.048		
Participações sobre o resultado		(1.312)	(2.748)		
Prejuízo do exercício		(14.710)	(4.240)		
Média ponderada do número de ações em circulação		236.665.701	236.665.701		
Prejuízo por ação atribuído aos acionistas - básico e diluído - R\$ um	22(b)	(0,06)	(0,02)		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício	(14.710)	(4.240)		
Total do resultado abrangente do exercício	(14.710)	(4.240)		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício	(14.710)	(4.240)		
Total do resultado abrangente do exercício	(14.710)	(4.240)		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 1º de janeiro de 2017	153.332	–	2	35.234	–	188.568
Aumento de capital aprovado conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de junho de 2017	–	50.000	–	–	–	50.000
Dividendos extraordinários	–	–	–	(30.000)	–	(30.000)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(4.240)	(4.240)
Absorção do prejuízo	–	–	–	–	4.240	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	153.332	50.000	2	996	–	204.328
Saldos em 1º de janeiro de 2018	153.332	50.000	2	994	–	204.328
Aprovação do aumento de capital pela SUSEP, Portaria SUSEP nº 764, de 25 de janeiro de 2018	50.000	(50.000)	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(14.710)	(14.710)
Absorção do prejuízo	–	–	(2)	(994)	996	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.332	–	–	–	(13.714)	189.618

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma empresa do grupo Prudential autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. Está localizada na Avenida Paulista, 2064/2086, na cidade de São Paulo, Brasil. Em 01/04/2017, o controle acionário integral da companhia foi adquirido pela PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A., do grupo Prudential. Nessa mesma data, a AGE deliberou sobre a mudança do nome da Companhia para PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.. A referida ata deliberou, ainda, sobre a alteração de endereço da sede e filiais da Companhia, assim como de seu quadro de administradores, entre outros. A AGE de 01/04/2017 foi homologada pela SUSEP no dia 20/07/2017, pela Portaria SUSEP nº 6957 e aprovado pela Junta Comercial de São Paulo em 05/12/2017, sob protocolo de nº 2.161.746/17-0. Os membros do Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2019, aprovaram o Relatório dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os membros do Comitê de Auditoria revisaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclusive as notas explicativas, o Relatório dos Administradores e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, tendo emitido opinião sem ressalvas. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais da Seguradora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada pelo método indireto e com a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme determinado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Para alinhar à estrutura de apresentação do fluxo de caixa do grupo Prudential, e para correção de erro de R\$ 416 na movimentação do caixa e equivalente de caixa, a Seguradora representou os saldos da referida demonstração em 31 de dezembro de 2017 conforme abaixo:

Descrição	Originalmente apresentado		2017	
	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(20.063)	(416)	(20.479)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(368)	–	(368)	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	20.000	–	20.000	
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(431)	(416)	(847)	

2.2 Novas Normas, alterações e interpretações: Novas normas com vigência em 2018 não adotadas pela Seguradora: • O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e não se aplica à Seguradora. • O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39 e é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A SUSEP não se manifestou sobre a aplicação dessa norma para as Seguradoras. Novas normas com vigência a partir de 2019 em processo de avaliação pela Seguradora: • IFRS 16 - Arrendamentos - requer que as companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A SUSEP não se manifestou sobre a aplicação dessa norma para as Seguradoras. • IFRS 17 - Contratos de Seguros - substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021. A SUSEP ainda não se manifestou sobre a aplicação dessa norma para as Seguradoras. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, considerando as características dos ativos financeiros da Seguradora, incluem o dinheiro em caixa, contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses. **2.4 Ativos financeiros: (a) Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. • **Títulos disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração

pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. • **Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. • **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos que não são cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço. **(b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados



Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.

CNPJ nº 21.986.074/0001-19

ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao "valor justo através do resultado" são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como "disponíveis para venda" são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", que são contabilizados pelo método do custo amortizado, quando são vendidos ou sofrem perda (impairment) têm suas perdas ou ganhos realizados contabilizados diretamente no resultado. **(c) Impairment de ativos financeiros:** A Seguradora avalia mensalmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e se aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: • Ativos financeiros com 20% ou mais de perda não realizada durante 6 meses consecutivos; • Ativos financeiros com 50% ou mais de perda não realizada em qualquer período; • Ativos financeiros com consistente perda não realizada por pelo menos 1 ano; • Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. Adicionalmente, a Seguradora considera que um ativo financeiro está deteriorado, se tal ativo se encontra em algumas das situações descritas acima e a mesma tem a intenção de vender esse ativo ou entende que o mesmo não recuperará seu valor de custo amortizado até a data do vencimento. A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. No caso de prêmios a receber, essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. Ainda para prêmios a receber, a provisão deve ser constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor. Portanto, a provisão deverá incluir todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluírem valores a vencer. A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros e cosseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 365 dias da data do vencimento do crédito. Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas. A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado através dos procedimentos descritos acima (vide Nota 6 (f)). **2.5 Custos de aquisição diferidos:** A apropriação da comissão para o ramo de vida é proporcionalmente ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes. **2.6 Avaliação de ativos de contratos de resseguro:** O resseguro é feito para uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o risco, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Os prêmios de resseguro não proporcional são apropriados no grupo de despesas antecipadas e realizados no grupo de Resultado com Operações de Resseguros, de acordo com o diferimento pelo prazo de vigência do contrato de resseguro, seguindo o regime de competência. A Seguradora ressegura seus riscos junto ao IRB Brasil Re SA. Esse contrato de resseguro permite a recuperação de uma parcela dos sinistros junto ao ressegurador, embora não libere o segurador direto da obrigação principal dos riscos de objeto do resseguro, expondo o mesmo ao risco de crédito. **2.7 Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:** A Seguradora constitui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que apresentem perspectivas de realização, de acordo com projeções da Administração. Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal. Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor de mercado ou de realização. **2.8. Contratos de seguro:** Conforme disposto no CPC 11, os contratos emitidos podem ser classificados como contratos de investimento ou contratos de seguro. Um contrato que assume apenas o risco financeiro ou que não transfere risco significativo é classificado como contrato de investimento e avaliado segundo o CPC 38. Já um contrato que transfere um risco de seguro significativo, aceitando indenizar o segurado se um evento específico, futuro e incerto afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro e avaliado segundo o CPC 11. Os contratos de resseguro também são classificados como tipos de contrato de seguro, devido à sua natureza de transferência de risco de seguro. A Seguradora procedeu à análise de seus negócios e determinou que suas operações são caracterizadas como contratos de seguro, na sua totalidade, segundo orientações contidas no CPC 11 e Carta-Circular SUSEP/DITEC/CGSOA nº 001/2015, assim como os contratos de resseguro mantidos pela Seguradora. **2.8.1. Avaliação de passivos originados de contratos de seguro:** Segundo o CPC 11, a Seguradora contou com a isenção de utilizar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização dessa isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como a avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentro outras políticas aplicáveis. A Seguradora não aplicou os princípios de Shadow Accounting (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda segundo o CPC 38 que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro segundo o seu GAAP anterior, ou BRGAAP. A Seguradora não identificou provisões para catástrofes não permitidas segundo o CPC 11, na data de adoção do mesmo. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), com base nas legislações vigentes aplicáveis às sociedades seguradoras (Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores) descritas a seguir: **Seguros de Pessoas:** (i) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG). O cálculo da PPNG deve ser efetuado "pro rata die", tomando por base a razão entre o período a decorrer e o período total da cobertura de risco pelo prêmio comercial no mês de constituição de todos os contratos de seguros vigentes. No período entre emissão e início de vigência do risco, o cálculo considera que o período a decorrer é igual ao período total da cobertura de risco. (ii) Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE). A PPNG-RVNE é uma estimativa constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes, conforme previsto em Nota Técnica Atuária. (iii) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora, contemplando ainda os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), conforme previsto em Nota Técnica Atuária. (iv) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR). A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo por metodologia de triângulo trimestral de run-off, conforme previsto em Nota Técnica Atuária. (v) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). A PDR é constituída para a co-

bertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme Nota Técnica Atuária. (vi) Provisão de Excedente Financeiro (PET). Constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual, conforme regulamentação em vigor; (vii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC). A PCC é constituída se o resultado do Teste de Adequação de Passivos for positivo. **Teste de Adequação do Passivo (TAP ou LAT - Liability Adequacy Test):** O CPC 11 introduziu o conceito de Teste de Adequação do Passivo, que consiste na avaliação do passivo da Seguradora. São consideradas estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro com certas provisões técnicas líquidas do ativo referente aos custos capitalizados exclusivamente relacionados com tais contratos. As regras e os procedimentos para a realização do teste foram instituídos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Esse teste é efetuado semestralmente e, em caso de deficiência, o valor é reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). No fluxo de caixa, a Seguradora considera, dentre outras, as despesas administrativas alocaíveis e incrementais, despesas de gestão de sinistros (alocaíveis ou não alocaíveis diretamente), bônus e despesas de comercialização incidentes sobre os prêmios futuros dos contratos em vigor até a data de término da vigência; e utiliza tábuas e taxas de desconto baseadas no mercado. Também estão previstas, no fluxo de caixa, as renovações dos contratos em vigor. As premissas utilizadas são: • A estimativa corrente deve refletir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros. Para tal deverão ser consideradas hipóteses atuais, realistas e não viesadas para cada variável aleatória no cálculo atuarial dos fluxos de caixa futuro, tais como hipóteses econômicas, demográficas, atuariais e catastróficas. Na realização destes testes, a Seguradora utilizou premissas correntes para projetar os fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. As premissas de mortalidade e de sobrevivência adotadas são as constantes nas tábuas brasileiras BR-EMS mais atuais. Para as demais premissas foram utilizadas taxas obtidas de acordo com a experiência da própria Seguradora. Foi utilizada pela Seguradora a estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP, referente ao IGP-M, e pela ANBIMA referente ao IPCA. • O teste é realizado no nível mínimo de agrupamento de contratos, instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, correspondendo a 36 grupos. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os tipos de contrato e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base. • O teste é bruto de resseguro, portanto, sua deficiência pode ser dividida entre seguradora e resseguradora, caso esteja relacionada ao contrato de resseguro. Em contrapartida aos ajustes das provisões para reconhecimento de deficiências, aumenta-se o valor dos ativos de resseguro. • O fluxo considera as seguintes linhas: sinistros e benefícios a ocorrer; contribuições e prêmios futuros de contratos vigentes; despesas administrativas; despesas de gestão de sinistros (alocaíveis e não-alocaíveis); despesas de comercialização. • Para seguros de curto e longo prazos os fluxos foram projetados com base em métodos determinísticos. Caso o valor presente dos fluxos de caixa futuros seja superior aos passivos definidos em norma específica, é necessário reconhecer a perda imediatamente e ajustar provisões já existentes na data do teste. Os riscos originados pelos contratos de seguro mantidos pela Seguradora decorrem de eventos de morte por qualquer causa, morte acidental, sobrevivência, invalidez, doenças graves, internação hospitalar, antecipação em caso de doença e perda de autonomia pessoal. Tais eventos são específicos, futuros e incertos e por estes motivos requerem análises de premissas que precisam ser consideradas na constituição dos passivos da Seguradora. O resultado do teste de adequação de passivo realizado para a data de 31 de dezembro de 2018 demonstrou que há necessidade de ajustar provisões em R\$ 165. Não houve necessidade de constituição de provisão em 2017. **2.9. Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, tendo como base taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, descritas na Nota 13. **2.10. Impairment de ativos não financeiros:** Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para impairment quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para impairment é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelos CPCs como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de impairment de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível em que a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs). **2.11. Passivos financeiros: Demais passivos circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos e as contribuições são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas, aplicáveis às instituições financeiras e equiparadas (seguradoras), na data do balanço. Sendo assim, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% nos meses em que a Seguradora apurou lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 5%. A partir de 1º de janeiro de 2019, o adicional de 5% da contribuição social deixa de vigorar. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado. Em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e a contribuição social diferidos estão calculadas considerando a alíquota total de 40% - alíquota em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, pela qual esses tributos serão realizados. **2.13. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.14. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.15. Políticas contábeis de reconhecimento de receita:** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: • a apropriação dos prêmios líquidos de IOF e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e resseguros, de acordo com o prazo de vigência das apólices; • a participação dos funcionários, de acordo com as metas estipuladas pela administração da Seguradora, acrescida dos valores estabelecidos na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria; • As receitas com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, através da variação do valor justo dos ativos constituintes do fundo de investimentos. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros ou passivos atuariais da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas, assim como indicadores que possam influenciar as tomadas de decisão da Administração e dos atuários, para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros, para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, em conformidade com as Condições Gerais/Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais protocoladas/aprovadas na SUSEP. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente, em datas futuras, para o pagamento das obrigações devidas. Como se trata de

valores provisionados, estes representam estimativas. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas às provisões técnicas, principalmente aos sinistros judiciais, uma vez que experiências passadas e indicadores podem não refletir a realidade de decisões judiciais. **(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências cíveis:** A Seguradora possui processos judiciais cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os CPCs/IFRSs. Consequentemente, o processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a avaliação do Departamento Jurídico e dos Consultores Legais externos a partir de uma análise individualizada e efetua a provisão para os processos classificados como prováveis. Para os processos cíveis classificados como perda remota ou razoavelmente possível, não é registrada provisão. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25/IAS 37. **(c) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros:** Conforme requerido pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Seguradora aplica as regras de análise de impairment para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de impairment para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados. **(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. **4. Estrutura de gerenciamento de risco:** A Prudential do Brasil Seguros de Vida em Grupo S.A. dispõe de mecanismos operacionais de governança concentrados na eficácia das suas operações, na fidelidade do seu sistema de informações e na conformidade às regras e leis vigentes. Estes mecanismos estão alinhados às políticas internas do Grupo Prudential Financeira e têm sua aplicação garantida pelos gestores executivos da Companhia. Mecanismo de extrema relevância para a definição da estratégia da Companhia, a gestão de riscos é parte integrante da cultura da Prudential do Brasil Seguros de Vida em Grupo S.A.. Há na Companhia uma Estrutura de Gestão de Riscos responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos, assim como um Comitê de Gerenciamento de Riscos (CGR) que tem como principal finalidade o alinhamento da estratégia da Companhia ao seu apetite por risco por meio de avaliações e follow-ups periódicos. Este comitê é composto pelo Presidente, Vice-Presidente de Operações, Vice-Presidente Financeiro, Chief Risk Officer (CRO), Auditoria Interna, Compliance, entre outros. Uma equipe exclusivamente dedicada ao gerenciamento de riscos atua no monitoramento contínuo dos riscos e auxilia os gestores da Companhia na identificação e avaliação de riscos. **4.1. Descrição dos riscos nas operações.** O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de riscos: seguro, crédito, liquidez, mercado e capital. **4.1.1. Gestão de risco de seguro:** O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre a frequência e o valor do benefício/indenização resultante dos eventos cobertos. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora tem a obrigação de pagar um benefício adicional significativo aos seus segurados, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é incerto e, consequentemente, sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa a que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação e pulverização de riscos e uma política de resseguro que considera resseguradoras que possuam rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. **(a) Estratégia de subscrição:** A estratégia de subscrição objetiva a precificação adequada a cada Grupo Segurado, mantendo o índice de riscos da Seguradora em uma faixa aceitável para propiciar lucro e sua solvência, garantindo a qualidade dos serviços aos Segurados, Estipulantes e Corretores, a nível nacional, conforme as normas técnicas da Prudential do Brasil, Prudential International, bem como os parâmetros e prazos legais estabelecidos pelo órgão regulador do mercado segurador. A política de aceitação de riscos abrange os riscos de mortalidade e morbidade apresentados pelos grupos segurados, visando atribuir a estes as categorias apropriadas do risco de acordo com as normas e diretrizes da Seguradora, sob a ótica da Medicina do Seguro e da Subscrição de Riscos, determinando o valor correto dos prêmios para cada grupo segurado ou a não aceitação dessas propostas. Para mitigar o risco de a Seguradora ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e fraude ou outros ilícitos semelhantes, esta faz uma análise de risco prévio (Underwriting), com base nas informações indicadas nas propostas de contratação apresentadas pelos Estipulantes e Corretores. As apólices de seguros de vida em grupo da Prudential do Brasil são emitidas com base em análises do perfil de cada grupo segurado, utilizando-se de parâmetros definidos em Notas Técnicas registradas e aprovadas pelos órgãos reguladores. Essa atividade visa à manutenção do equilíbrio financeiro da Seguradora, buscando identificar riscos que estão além da capacidade da Seguradora de absorvê-los, e evitá-los. **(b) Estratégia de resseguro:** A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora ou que representa o percentual de quota parte ressegurada. Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente, invalidez permanente total por doença, indenização especial por acidente, invalidez funcional permanente total por doença, invalidez laborativa permanente e total por doença, doenças graves, doença congênita de filho, despesas médicas, hospitalares e odontológicas, assistência funeral, educacional e viagem corporativa nacional e internacional (morte acidental e invalidez acidental). Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que os resseguradores acompanhem a Seguradora nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Prudential. No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora possui outro contrato vigente. Entretanto, até a data de divulgação do balanço não foi identificado a ocorrência de sinistros a recuperar. Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de danos com limites de retenção conservadores se faz necessária em todo e qualquer início de operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade e morbidade. A Seguradora mantém estudos constantes para análise do valor do limite de retenção com o objetivo de manter o equilíbrio entre o risco assumido e o risco transferido para os resseguradores. **(c) Casamento de ativos e passivos (ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento



Prudencial do Brasil Vida em Grupo S.A.

CNPJ nº 21.986.074/0001-19

de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos. **(d) Gerenciamento de risco por segmento de negócios:** A Seguradora opera predominantemente com seguro de pessoas. O monitoramento da carteira é realizado considerando as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) análise de subscrição; (iii) acompanhamento de sinistralidade; (iv) monitoramento de lucratividade; (v) casamento de ativos e passivos. **(e) Seguros de vida:** Os seguros de pessoas são produtos, em geral, de média ou longa duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros, severidade e risco biométrico. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros, montante de indenizações e quedas acima do esperado nas expectativas de mortalidade podem resultar em perdas não esperadas. As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da seguradora, benchmarks de mercado e na experiência do atuário. Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido da data do balanço. **(f) Resultados do teste de sensibilidade:** Os testes de sensibilidade realizados pela Seguradora foram efetuados considerando as mesmas bases do Teste de Adequação de Passivos e consistiram em demonstrar o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas uma única variável. Conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as variáveis estudadas foram: taxas de juros, sinistralidade, com o intuito de avaliação de premissas, com base em análises, para compor os testes de sensibilidade. Dessa forma, foram utilizadas pela Administração da Seguradora nos testes de sensibilidade apenas as variáveis de alta relevância, que são: redução e aumento de 0,1% ao ano nas taxas de juros e redução e aumento de 5% ao ano nas incidências de sinistralidade. A tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e no patrimônio líquido dos testes realizados:

Premissas atuariais	Efeito no			
	Efeito no resultado		patrimônio líquido	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de juros em 0,1% ao ano.....	7	7	4	4
Redução de juros em 0,1% ao ano.....	(7)	(7)	(4)	(4)
Aumento da sinistralidade em 5% ao ano. (27.431)	(27.431)	(27.431)	(15.087)	(15.087)
Redução da sinistralidade em 5% ao ano. 27.613	27.613	27.613	15.187	15.187

(g) Limitações da análise de sensibilidade: Os testes de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **(h) Concentração de riscos:** A carteira da Seguradora é composta por seguros de seguros coletivos de pessoas. A análise da concentração se baseia no Prêmio Emitido. Nesse sentido, as concentrações são definidas por tipo de evento para os principais ramos de atividade da Seguradora e pouca oscilação de concentração entre os períodos analisados.

Ramo	Percentual do prêmio emitido	
	2018	2017
Vida em grupo	92,69	94,99
Acidentes pessoais coletivos	5,76	4,08
Turístico	1,52	0,61
Demais	0,03	0,32
	100,00	100,00

A Seguradora possui uma política de análise de risco prévia (subscrição). Outra forma de mitigação do risco é a adoção de uma política de resseguro que determina limites por tipo de contrato de seguro. **(i) Concentração de riscos por área geográfica:** A Seguradora possui seus riscos concentrados principalmente na região Sudeste, conforme observado na tabela abaixo:

Ramo	2018						
	SP	RJ	PR	MG	SC	Outros	Total
Vida em grupo	44,93	30,20	6,99	5,51	4,81	7,56	100,00
Acidentes pessoais coletivos.....	55,42	15,15	4,48	6,88	3,17	14,90	100,00
Turístico	42,12	6,80	3,40	3,97	0,41	43,30	100,00
Auxílio funeral	75,68	11,06	2,29	2,52	-	8,46	100,00
Doenças graves	88,53	6,39	0,15	0,29	-	4,64	100,00
Eventos aleatórios ...	99,31	-	-	-	0,02	0,67	100,00

(ii) Concentração de riscos por moeda: A Seguradora possui todos os valores de seus seguros expressos em moeda corrente nacional. **4.1.2 Gestão de riscos financeiros:** A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (Asset Liability Management - ALM), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação. A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: (a) Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira. (b) Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora. (c) Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes. A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo esta política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável ao invés de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios. A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **4.1.2.1 Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos

de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito sejam gerenciados e controlados dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem rating de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes da Seguradora adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais, para limitar a exposição ao risco de crédito, em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam rating de crédito. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e ativos de resseguro detidos pela Seguradora distribuídos por rating de crédito fornecidos por agências renomadas de rating. Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA (Fitch - escala nacional)		Sem Saldo rating contábil	
	A-	A	A-	A
Ao valor justo através do resultado				
Títulos públicos				
Indexados a inflação	116.306	-	-	116.306
Pré-fixado.....	323.681	-	-	323.681
Atrelados a Selic.....	16.699	-	-	16.699
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	9.470	9.470
Prêmios a receber de segurados.....	-	-	64.085	64.085
Operações com seguradoras.....	-	-	2.201	2.201
Operações com resseguradoras.....	1.027	4.039	-	5.246
Exposição máxima ao risco de crédito.....	457.893	4.039	75.756	537.689

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA (Fitch - escala nacional)		Sem Saldo rating contábil	
	A-	A	A-	A
Ao valor justo através do resultado				
Títulos públicos				
Indexados a inflação	122.044	-	-	122.044
Pré-fixado.....	287.330	-	-	287.330
Atrelados a Selic.....	36.019	-	-	36.019
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	3.176	3.176
Prêmios a receber de segurados.....	-	-	53.082	53.082
Operações com seguradoras.....	-	-	5.315	5.315
Operações com resseguradoras.....	2.211	7.403	-	9.614
Exposição máxima ao risco de crédito.....	445.393	7.403	61.573	516.580

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida quando, em certas situações, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo a regulamentação brasileira), se os pagamentos dos prêmios não forem efetuados na data de vencimento. A política de emissão de apólices leva em consideração todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados (análise financeira) onde é confirmado o perfil de risco dos segurados. **(a) Exposições ao crédito de seguro:** Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora apresentou concentração de sua cessão de risco em um único ressegurador, o IRB Brasil Re SA. Esta exposição é monitorada regularmente contra a previsão que foi feita para a mesma até a sua conclusão, com relação a qualquer deficiência no histórico das indenizações, para verificar que os contratos estão progredindo conforme previsto e que nenhuma exposição adicional irá surgir. **4.1.2.2 Risco de liquidez:** A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar tal risco. Adicionalmente, é mantida uma "carteira de liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. Esses investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa em curto prazo. **(a) Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos da Seguradora também garante a capacidade de cobrir altas exigências de liquidez, no caso de um desastre natural, por exemplo. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. A Seguradora utilizou a análise do fluxo de caixa demonstrado a seguir com base no valor contábil dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Composição da carteira	2018					Saldo Total contábil
	Fluxo de caixa contratual e não descontado					
	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	Acima de 1 ano		
Ao valor justo através do resultado						
Ativos pós-fixados						
Públicos						
Indexados a inflação	-	-	1.173	115.133	116.306	116.306
Pré-fixado.....	-	14.317	-	-309.364	323.681	323.681
Atrelados a Selic.....	16.700	-	-	-	16.700	16.700
Composição dos ativos de contratos de seguros						
Premios a receber.....	45.727	18.358	-	-	64.085	64.085
Operações com seguradoras	2.201	-	-	-	2.201	2.201
Operações com resseguradoras.....	5.246	-	-	-	5.246	5.246
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro.....	69.873	32.675	1.173	424.497	528.219	528.219

Composição da carteira	2017					Saldo Total contábil
	Fluxo de caixa contratual e não descontado					
	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	Acima de 1 ano		
Ao valor justo através do resultado						
Ativos pós-fixados						
Públicos						
Indexados a inflação	-	-	86.852	35.191	122.044	122.044
Pré-fixado.....	-	13.108	-	-274.221	287.330	287.330
Atrelados a Selic.....	36.019	-	-	-	36.019	36.019
Composição dos ativos de contratos de seguros						
Premios a receber.....	33.617	19.465	-	-	53.082	53.082
Operações com seguradoras	5.315	-	-	-	5.315	5.315
Operações com resseguradoras.....	9.614	-	-	-	9.614	9.614
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro.....	84.565	32.573	86.852	309.413	513.404	513.404

Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de seguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados, que são registrados no circulante e não circulante. A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos de seguro para análise de liquidez. **Passivos de contrato de seguros:**

	2018	
	0-1 ano	Valor contábil
Passivos de seguro.....	353.391	353.391
Total das obrigações contratuais	353.391	353.391

	2017	
	0-1 ano	Valor contábil
Passivos de seguro.....	315.154	315.154
Total das obrigações contratuais	315.154	315.154

Classes	Premissas	2018		
		Saldo contábil	Varição - resultado/ líquido	Saldo projetado
Indexados				
à inflação				
Indexados	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	116.306	(5.634)	110.672
à inflação				
Indexados	Redução de 1,5 % na taxa Cupom	116.306	5.634	121.940
Pré-fixados.....				
Aumento de 1,5 % na taxa Cupom				
Pré-fixados.....	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	323.681	(16.200)	307.481
Redução de 1,5 % na taxa Cupom				
Pré-fixados.....	Redução de 1,5 % na taxa Cupom	323.681	16.200	339.881
Com alta de 1,0% ponto base com relação ao realizado				
Atrelados à Selic..	realizado	16.700	167	16.867
Com queda de 1,0% ponto base com relação ao realizado				
Atrelados à Selic..	relação ao realizado	16.700	(167)	16.533

Classes	Premissas	2017		
		Saldo contábil	Varição - resultado/ líquido	Saldo projetado
Indexados				
à inflação				
Indexados	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	122.044	(2.893)	119.151
à inflação				
Indexados	Redução de 1,5 % na taxa Cupom	122.044	2.893	124.937
Pré-fixados.....				
Aumento de 1,5 % na taxa Cupom				
Pré-fixados.....	Redução de 1,5 % na taxa Cupom	287.330	(15.401)	271.929
Com alta de 1,0% ponto base com relação ao realizado				
Atrelados à Selic..	relação ao realizado	36.019	360	36.379
Com queda de 1,0% ponto base com relação ao realizado				
Atrelados à Selic..	relação ao realizado	36.019	(360)	35.659

(a) Taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade da Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas. **(b) Taxa de inflação:** Devido à possibilidade de variações nos fluxos de caixa derivados do impacto da inflação, a Seguradora busca com alocações equivalentes minimizar esse efeito, uma vez que parte do passivo é atrelada ao IPCA. Desta forma, ao longo dos últimos anos foram adquiridos papéis indexados ao IPCA (NTN-Bs) de forma a manter uma proteção natural sobre essa exposição. **(c) Gerenciamento de risco de mercado:** O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. **(d) Controle do risco de mercado:** O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança. O controle do risco de mercado é acompanhado mensalmente pelas áreas Atuariais e de Investimento, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional; • Avaliar e definir os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Definir a política de liquidez; • Acompanhamento dos limites operacionais de descasamento de ativos e passivos; • Elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de stress para as posições da Seguradora. **4.1.2.4 Gestão de risco de capital: (a) Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 321/15). **(b) Cálculo do patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido:** Em 31 de dezembro de 2018, as composições do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e do Capital Mínimo Requerido - CMR podem assim ser resumidas:

	2018	2017
Patrimônio líquido contábil.....	189.618	204.328
Ajustes contábeis		
Créditos tributários – prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social.....	(994)	(2.241)
Despesas antecipadas	(376)	(85)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (*).....	(9.091)	-
Ativos intangíveis.....	-	(350)
Patrimônio líquido ajustado - Subtotal	179.157	201.652
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	91
Patrimônio líquido ajustado	179.157	201.743
Capital base – CB (1)	15.000	15.000
Capital risco de subscrição.....	75.097	83.628
Capital risco de crédito	6.173	2.915
Capital risco de mercado	12.455	17.618
Capital risco operacional	785	922
Benefício da Correlação entre Risco	(11.248)	(12.954)
Capital de risco total, considerando correlação (2).....	83.263	92.129
Capital mínimo requerido [(3) = máximo (1) ou (2)]	83.263	92.129
Patrimônio líquido ajustado	179.157	201.743
(-) Exigência de capital	83.263	92.129
Suficiência de capital	95.894	109.614

(*) Em conformidade com a Resolução CNSP nº 321/2015, artigo 64-A, as deduções previstas no artigo 64, I, "e" e "m" foram aplicadas considerando os seguintes fatores: I - 50% do ajuste contábil apurado em 31/12/2018; II - 75% do ajuste contábil apurado em 31/12/2019; e III - 100% do ajuste contábil apurado em 31/12/2020. (**) Após a publicação das demonstrações financeiras de dezembro de 2017 a SUSEP, por meio do ofício nº107/2018, determinou alterações no CMR para cumprimento da legislação vigente. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2018	2017
Valores em trânsito (*)	7.251	-
Contas bancárias.....	2.219	3.176
9.470	3.176	

(*) Pagamentos de indenizações efetuadas que aguardam a confirmação de liquidação financeira, do comprovante de pagamento da indenização ou demais casos previstos em lei na Circular SUSEP nº 517/2015, artigo 8º inciso 4º.

Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.

CNPJ nº 21.986.074/0001-19

6. Aplicações financeiras: Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, todos os ativos financeiros da Seguradora são mantidos em reais e a mesma não possui ativos classificados no Nível 2 e 3 conforme item (f) abaixo. A Seguradora mantém a totalidade dos seus investimentos em títulos públicos no Fundo POB Group Life Fund Renda Fixa FI administrado pelo Itaú Unibanco S.A. **(a) Composição das aplicações**

	2018				
	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	% Aplicado
Nível 1					
Títulos para negociação	456.687	440.724	456.687	15.963	100
POB Group Life Fund Renda Fixa FI	456.687	440.724	456.687	15.963	100
Total das aplicações financeiras	456.687	440.724	456.687	15.963	100

	2017				
	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	% Aplicado
Nível 1					
Títulos para negociação	445.393	441.839	445.393	3.554	100
POB Group Life Fund Renda Fixa FI	445.393	441.839	445.393	3.554	100
Total das aplicações financeiras	445.393	441.839	445.393	3.554	100

	2017				
	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	% Aplicado
Nível 2					
Disponível para venda	116	116	-	-	-
Títulos de capitalização	116	116	-	-	-
Total das aplicações financeiras	445.509	441.955	-	-	-

(b) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado: As quotas do fundo de investimento são apresentadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, como informado por seu administrador (Itaú Unibanco S.A.) e correspondem a aplicações em fundos exclusivos. O fundo em sua composição, possui títulos classificados como "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado". O valor de mercado para os títulos públicos foi baseado no preço unitário de mercado informado pela ANBIMA na referida data. **(c) Composição da carteira do fundo:** Na data de publicação, o patrimônio líquido do fundo de investimento de renda fixa pode assim ser resumidos: **POB Group Life Fund Renda Fixa FI**

	2018	2017
Operações compromissadas	16.710	36.026
Títulos e valores mobiliários (NTN-F)	323.681	287.330
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	116.306	122.044
Outros	1	1
Valores a pagar	(11)	(8)
	456.687	445.393

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo POB Group Life Fund Renda Fixa FI (Títulos públicos federais) eram os seguintes:

Títulos	Classificação	Vencimentos	Custo	Valor de mercado*
Outros	-	-	1	1
Valores a pagar	-	-	(12)	(12)
Operações compromissadas (LTN-O)	Valor justo por meio do resultado	2019	16.710	16.710
Títulos e valores mobiliários (NTN-B) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2020	28.120	28.965
Títulos e valores mobiliários (NTN-B) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2023	85.384	87.341
Títulos e valores mobiliários (NTN-F) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2021	85.079	88.201
Títulos e valores mobiliários (NTN-F) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2023	102.036	106.140
Títulos e valores mobiliários (NTN-F) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2025	63.524	66.383
Títulos e valores mobiliários (NTN-F) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2027	59.882	62.958
			440.724	456.687

Títulos	Classificação	Vencimentos	Custo	Valor de mercado*
Outros	-	-	1	1
Valores a pagar	-	-	(8)	(8)
Operações compromissadas (NTN-O)	Valor justo por meio do resultado	2018	36.027	36.027
Títulos e valores mobiliários (NTN-B) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2019	86.708	86.852
Títulos e valores mobiliários (NTN-B) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2020	34.255	35.191
Títulos e valores mobiliários (NTN-F) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2021	92.774	94.490
Títulos e valores mobiliários (NTN-F) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2023	93.573	94.281
Títulos e valores mobiliários (NTN-F) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2025	64.576	64.732
Títulos e valores mobiliários (NTN-F) do resultado	Valor justo por meio do resultado	2027	33.935	33.825
			441.839	445.393

* Valor Contábil = Valor de mercado. Conforme determina a Circular SUSEP no 517/15 e alterações posteriores, os títulos classificados na categoria "valor justo por meio do resultado" são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento dos títulos. **(d) Movimentação das aplicações financeiras:** A Seguradora realizou movimentações das aplicações financeiras, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro de 2017	485.043	
Aplicações	1.029.552	
Resgates	(1.117.781)	
Rendimentos	48.695	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	445.509	
Aplicações	142.704	
Resgates	(184.470)	
Rendimentos	52.944	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	456.687	

(e) Estimativa do valor justo. Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia, mensuração a valor de mercado, que são: Nível 1- preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos e Nível 2 - outras informações disponíveis (exceto aquelas do Nível 1), incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para instrumentos similares, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser derivadas de informações observadas no mercado. Nível 3 - obtido por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Classificam-se como Nível 1: • Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA; • Títulos de renda variável e ações de companhia de capital aberto cotadas em bolsa de valores ou mercado de balcão e instrumentos financeiros derivativos. Classificam-se como Nível 2: • Certificado de depósitos bancários (CDB) e depósito a prazo garantia especial (DPGE) - são títulos privados pós-fixados em CDI,

Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito; • Debêntures (privados) - calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado; • Fundo de investimentos - calculados de acordo com os critérios de classificação contábil, estabelecidos junto ao administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

	Nível	2018	2017
Ao valor justo por meio de resultado		456.687	445.393
Fundos exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série F	1	323.681	287.330
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	1	116.306	122.044
Operações compromissadas com lastro em títulos públicos	1	16.700	36.019
Total fundos exclusivos (I)		456.687	445.393
Total de carteira própria (II)			
Disponível para venda (III)			
Títulos privados		-	116
Títulos de capitalização	2	-	116
Total dos ativos financeiros (I + II + III)		456.687	445.509

Até a presente publicação, a Seguradora tem como política operar somente em instrumentos financeiros classificados no Nível 1. **(f) Impairment dos ativos financeiros:** Os ativos financeiros são analisados com base no descrito na Nota 2.4(c) e na data do balanço a Seguradora não identificou ativos financeiros enquadrados na política de impairment. **7 Prêmios a receber:** O montante de prêmios a receber em 31 de dezembro de 2018, registrado na rubrica "Prêmios a receber" é de R\$ 64.085 (2017 - R\$ 53.082), líquido de IOF, registrado no ativo circulante. Para fazer face às perdas incorridas foi constituída uma provisão no montante de R\$ 15.126 (2017 - R\$ 4.182), com base no histórico de recebimento observado em situações de prêmios pendentes superior a 60 dias. **(a) Faixas de vencimento e redução ao valor recuperável**

	2018	2017
Prêmios a vencer	64.130	46.556
De 1 a 30 dias	18.358	19.465
RVNE (*)	45.772	27.091
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	6.927	3.272
De 31 a 60 dias	2.841	1.695
De 61 a 120 dias	2.622	1.307
Superior a 120 dias	2.691	4.434
Total de prêmios vencidos	15.081	10.708
Total de prêmios a receber antes da provisão	79.211	57.264
Redução ao valor recuperável (**)	(15.126)	(4.182)
Total de prêmios a receber após a provisão	64.085	53.082

(*) Não considera prêmios de co-seguro cedido e RVNE; (**) A partir de 2018, o critério de constituição da provisão foi alinhado à prática adotada pelo Grupo Prudential, ou seja, passou a considerar a totalidade dos prêmios vencidos e a vencer de clientes inadimplentes (com créditos vencidos por mais de 60 dias).

	2018	2017
(b) Movimentação de prêmios a receber		
Prêmios pendentes no período anterior	53.082	48.006
Prêmios emitidos	312.632	343.935
RVNE	18.681	271
Recebimentos	(305.184)	(334.948)
Redução ao valor recuperável	(15.126)	(4.182)
Total de prêmios a receber	64.085	53.082

(c) Período médio de parcelamento: A Seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização os seguintes critérios: **Pessoas:** - Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos: cobrados mensalmente em virtude da própria característica do negócio que tem vigência anual, porém faturamento mensal. **8 Ativos de resseguro:** A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do risco que exceda seu limite de retenção. A Seguradora também possui em contrato de resseguro vigente cobertura para risco de catástrofes. Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de danos se faz necessária em toda e qualquer operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade e morbidade e por eventos catastróficos. As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados a resseguro. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais da seguradora mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da Administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta. A Companhia cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos junto aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. São firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber dos resseguradores sendo sua avaliação realizada consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato.

	Ativos de contratos de resseguros	
	2018	2017
Provisão de prêmios não ganhos	4.379	6.035
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	4.776	4.750
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	1.472	2.144
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	861	643
Provisão de sinistros a liquidar	4.035	3.683
	15.523	17.255

(a) Discriminação dos resseguradores. Em 2018 a Seguradora passou a centralizar seus negócios com o ressegurador local IRB Brasil Re S.A.. Em 2017, realizava negócios também com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.. Na tabela abaixo, segue a relação dos resseguradores por rating de risco de crédito:

Ressegurador	Agência classificadora	Rating
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Moody's	A3
IRB Brasil Resseguros S.A.	A.M.Best	A-

(b) Redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável é constituída quando o período de inadimplência superar 180 dias, a partir do registro de crédito, quando esses créditos forem com resseguradores referentes à restituição de sinistros pagos. **9 Custos de aquisição diferidos:** **(a) Discriminação dos custos de aquisição:** Os valores de comissão, que estão diretamente relacionados com a emissão de novos contratos, são diferidos e, consequentemente, reconhecidos como ativos. Atualmente, o método adotado pela Seguradora, para o citado diferimento, é proporcional ao reconhecimento da receita com prêmios, considerando o período de cobertura do risco das respectivas apólices. **(b) Movimentação das despesas de comercialização diferidas**

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro de 2017	339	
Comissão	41.147	
Diferimento	(41.197)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	289	
Comissão	38.213	
Diferimento	(38.317)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	185	

	2018	2017
10 Créditos tributários e previdenciários: (a) Circulante		
Imposto de renda		
Imposto de renda antecipação	9.572	7.310
Imposto de renda a compensar	112	112
Crédito de contribuição social		
Contribuição social antecipação	1.586	4.551
Contribuição social a compensar	4.551	14
Ajustes temporais		
COFINS diferido sobre provisão de sinistros a liquidar	7.099	5.606
PIS diferido sobre provisão de sinistros a liquidar	1.154	911
Outros créditos tributários e previdenciários	-	3
	24.074	18.507

	2018	2017
(b) Não Circulante		
Imposto de renda		
Provisões temporais	8.458	5.276
Prejuízo fiscal	621	1.245
	9.079	6.521
Crédito de contribuição social e outros créditos		
Provisões temporais	5.074	4.221
Base negativa	373	996
	5.447	5.217
	14.526	11.738

	2018	2017
11. Outros créditos		
(a) Circulante		
Adiantamentos a funcionários / administrativos (*)	274	167
Créditos a receber	3.052	113
	3.326	280

(*) Os adiantamentos a funcionários representam, principalmente, adiantamentos de férias. **12. Depósitos judiciais**

	2018	2017
Sinistros	7.273	5.691
	7.273	5.691

	Taxa anual de depreciação - %	
	2018	2017
(a) Saldo contábil		
Equipamentos / Software	10	868
Móveis, máquinas e utensílios	10	3
Veículos	20	76
	947	368
Depreciação acumulada	(142)	(18)
	805	350

	Móveis, utensílios e equipamentos			Total
	2018	2017	2018	2017
Em 31 de dezembro de 2017				
Saldo inicial	-	-	-	-
Aquisições	369	-	368	
Depreciação / Amortização	(18)	-	(18)	
Saldo contábil líquido	350	-	350	
Em 31 de dezembro de 2018				
Saldo inicial	350	-	350	
Aquisições	502	76	578	
Depreciação / Amortização	(122)	(1)	(123)	
Saldo contábil líquido	730	75	805	

	2018	2017
14 Obrigações a pagar: O saldo de outras obrigações é composto por:		
Participação nos resultados	1.910	2.265
Fornecedores	85	65
Gratificações a pagar	403	2.118
Aluguéis a pagar	117	-
Serviços prestados a pagar	1.183	-
Seguros a pagar (*)	10.428	-
Outras obrigações a pagar	3.576	3.613
	17.702	8.061

(*) Reembolso de valores pagos relacionados à processo de reorganização societária.

	2018	2017
15 Impostos e contribuições		
Imposto de renda	121	-
Contribuição social	164	-
COFINS	929	698
PIS	151	114
	1.365	812

	2018	2017
16 Outras contas a pagar		
Débitos em liquidação	10.327	2.628
Provisão despesas intercompanias	2.752	-
Outras contas a pagar	54	3.256
	13.133	5.884

	2018	2017
17 Depósitos de terceiros (a) Saldo contábil		
Prêmios antecipados	282	51
Prêmios e emolumentos recebidos	-	473
Créditos recebidos de ressegurador	2.993	1.8

Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.

CNPJ nº 21.986.074/0001-19

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. Escopo da Auditoria. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração.** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA

e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos

relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Outros Assuntos.** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino - São Paulo – SP
– Brasil 05001-903 - CNPJ 02.646.397/0001-19 - CIBA 105
Carlos Eduardo Silva Teixeira - MIBA 729


RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras." Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019.
PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes - CRC
2SP000160/O-5. Claudia Eliza Medeiros de Miranda -
Contadora CRC 1RJ087128/O-0.



Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

